

## Dados do Pedido

Protocolo	00075000485201803
Solicitante	Artigo 19
Data de Abertura	10/04/2018 15:37
Orgão Superior Destinatário	CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	30/04/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte da informação inexistente)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Denúncias de corrupção
Detalhamento	Solicito número de processos administrativos abertos contra servidores públicos por denúncias referentes a suborno (ou outras formas de corrupção) nos anos de 2014 a 2017, pedimos que os dados sejam separados por ano e por denúncias de pessoas físicas e jurídicas.

## Dados da Resposta

Data de Resposta	27/04/2018 10:41
Tipo de Resposta	Acesso Parcialmente Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Parte da informação inexistente

Resposta

Prezado Cidadão,

Recebemos o pedido de informação protocolado sob n.º 00075.000485.2018.03, por meio do qual Vossa Senhoria solicita o que segue:

*“Solicito número de processos administrativos abertos contra servidores públicos por denúncias referentes a suborno (ou outras formas de corrupção) nos anos de 2014 a 2017, pedimos que os dados sejam separados por ano e por denúncias de pessoas físicas e jurídicas.”*

Em atendimento ao pedido, informamos esta CGU não consolida informações sobre a peça que motivou o início das apurações, portanto não é possível informar quais apurações decorreram de denúncia.

Entretanto disponibilizamos, tabela abaixo, retratando quantidade de processos de responsabilização de entes privados instaurados por ano em decorrência de apuração de atos lesivos

tipificados na lei 12.846/2013 que consistam em de pagamentos de propinas ou fraudes à licitação no âmbito do Poder Executivo Federal e a quantidade de processos disciplinares instaurados por ano para apurar recebimento de vantagem indevida no âmbito do Poder Executivo Federal.

Registramos que estas informações foram extraídas dos Sistema CGU-PAD, em 20/04/2018 , o qual é regulamentado pela Portaria CGU nº 1.043/2007 . E que o Sistema CGU-PJ é regulamentado pela Portaria CGU nº 1.196/2017. Dessa forma, cumpre esclarecermos que as informações são prestadas pelos órgãos e entidades supervisionados pela CGU e que o Sistema CGU-PJ passou a ter utilização obrigatória apenas para processos instaurados, a partir de 2017.

**Ano**

**Processos Disciplinares**

**Processos de Responsabilização de Entes Privados**

2014

273

12

2015

249

21

2016

356

17

2017

289

132

Atenciosamente,

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral  
da União

Corregedoria-Geral da União

Área responsável pela resposta: Corregedoria-Geral da União

Autoridade a ser direcionado eventual recurso de 1ª instância: Corregedor-Geral da União

Prazo para interposição do recurso de 1ª instância: 10 dias.

Responsável pela Resposta Corregedoria-Geral da União  
Destinatário do Recurso de Primeira Instância: Corregedor-Geral da União  
Prazo Limite para Recurso 09/05/2018

#### Classificação do Pedido

Categoria do Pedido Governo e Política  
Subcategoria do Pedido Fiscalização do estado  
Número de Perguntas 1

#### Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
10/04/2018 15:37	Pedido Registrado para para o Órgão CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	SOLICITANTE
11/04/2018 08:58	Pedido Em Andamento	CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
27/04/2018 10:41	Pedido Respondido	CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União